

O PROBLEMA DA GESTÃO

entrevista
VINÍCIUS MENDES

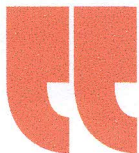
NA VISÃO DE LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA, O PROBLEMA DA ECONOMIA BRASILEIRA É O MESMO HÁ TRÊS DÉCADAS: A CRISE FISCAL — QUE, À MEDIDA QUE SE APROFUNDA, LIMITA A CAPACIDADE DE INVESTIMENTO PÚBLICO. A SOLUÇÃO NÃO É FÁCIL NEM RÁPIDA, MAS HÁ ATENUANTES, COMO A REFORMA DO ESTADO, DESENHADA POR ELE QUANDO ENCABEÇOU O MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO (MARE) A PARTIR DE 1995, NO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. UM DOS ECONOMISTAS BRASILEIROS MAIS RELEVANTES, BRESSER-PEREIRA FOI TAMBÉM MINISTRO DA FAZENDA NO GOVERNO SARNEY (1987).

Quando assumiu o MARE, em 1995, o senhor publicou um artigo dizendo que tudo o que tinha acontecido no Brasil e na América Latina nos 15 anos anteriores fora resultado de crises dos Estados. Estas permanecem até hoje?

Sim. Por volta de 1982, eu percebi — e nos sete meses em que estive no Ministério da Fazenda ficou ainda mais claro — como o Estado brasileiro tinha perdido a capacidade de poupança pública, considerando isso como o que se arrecada menos o que se gasta. Nos anos 1970, essa poupança era algo em torno de 5% do PIB. Houve um ano em que se chegou a 7%. De repente, por uma série de fatores, isso mudou. O governo militar se endividou absurdamente no exterior utilizando as empresas estatais, que tinham crédito e davam lucro. Elas eram uma grande fonte de poupança. Os militares também se valeram delas para controlar a inflação. Essas estatais não chegaram a quebrar, mas os lucros foram todos embora. A consequência foi que a poupança pública brasileira caiu violentamente. Houve também um abuso da previdência, que continua acontecendo mesmo com todas as reformas já feitas. O resultado é que, de uma poupança pública de 5% do PIB, nós passamos para despoupança de 2%. Foi trágico para o investimento público.

O senhor costuma fazer uma divisão conceitual de modelos de Estado quase em uma ordem cronológica: o patrimonialista, o burocrático e o gerencial. Dá para dizer que eles coexistem no Brasil?

Patrimonialismo tem dois sentidos, e o que se dá hoje é pura corrupção. Não é o caso do Estado patrimonialista do [antigo rei francês] Luís XIV ou do [antigo imperador por-



A RESISTÊNCIA BUROCRÁTICA AINDA É MUITO FORTE NO NOSSO PAÍS, MAS O PATRIMONIALISMO QUE PERMANECE É MERA CORRUPÇÃO. VÊ AS EMENDAS PARLAMENTARES? É UM ESCÂNDALO.

tuguês] D. João VI. Neles, não havia clareza do que era patrimônio público e do que era privado. O monarca podia vender até cartórios e, com isso, obter receitas para o Estado. Eram as regras do jogo. Isso acabou. Em meados do século 19, países como a França e a Alemanha fizeram reformas burocráticas — brilhantemente analisadas pelo [sociólogo alemão] Max Weber no começo do século 20. Já a reforma gerencial tem data e lugar: a Inglaterra, em 1987. No Brasil, ela, inclusive, chegou rapidamente, já em 1995. Certamente, fomos pioneiros no Sul Global. É claro que a resistência burocrática ainda é muito forte no País, mas o patrimonialismo que permanece é mera corrupção.

Em que sentido?

Você vê as emendas parlamentares? É um escândalo. Dá para dizer que isso é Estado patrimonialista, mas, para mim, é apenas corrupção. Trata-se de uma captura do patrimônio público. Quando eu estava no MARE, fiz uma conferência no Largo do São Francisco, na USP, discutindo a emergência dos direitos republicanos. Depois, isso até foi publicado. Tentava avançar na classificação de direitos do [sociólogo britânico Thomas] Marshall. Em 1950, ele publicou um ensaio maravilhoso apontando como os direitos civis foram os primeiros a surgir, no começo do século 19. No fim daquele século, vieram os direitos políticos, como o sufrágio universal, e, finalmente, a partir da Segunda Guerra Mundial, apareceram os direitos sociais. Então, eu defendia que, naquele fim do século 20, emergiram os direitos republicanos, como resolvi chamá-los.

E o que são?

É o direito de cada cidadão que a coisa pública seja utilizada apenas para fins públicos. Você pode dizer que isso é óbvio e que tudo fora disso é só corrupção, mas não é bem verdade, porque há uma série de capturas do patrimônio público que são legalizadas. As emendas parlamentares são um exemplo claro disso. Os salários — e, especialmente, as aposentadorias dos servidores — é outro. Os juros que o Estado paga, a mesma coisa: é uma captura pelos rentistas e financistas. É por isso que uma reforma mais ampla precisa ver o Estado como uma caixa de redistribuição de riqueza, cuja lógica seria que fizesse isso em favor dos mais pobres e das atividades mais dinâmicas da economia. Não é o que acontece, porque, no Brasil, a lógica é o poder que cada um tem para conseguir agarrar o “seu”. Aí está a importância da democracia, da vigilância da imprensa, dos próprios servidores, como o Tribunal de Contas da União (TCU).

Qual é a sua análise sobre a conjuntura atual?

Nós temos dois males muito graves, e que não são exclusivos do Brasil. Um é o neoliberalismo. Acabei de escrever um livro sobre isso que, traduzindo para o português, se chama *A ascensão e queda do capitalismo neoliberal financeiro-rentista*. Vai sair pela [editora britânica] Oxford University Press. A doutrina está morrendo, mas fez um mal muito grande para os países. Em razão desse fracasso, surgiu um populismo de extrema direita cujo grande representante é o [ex-presidente dos Estados Unidos, Donald] Trump — e cujo pior representante de todos foi Bolsonaro. O Trump é “fichinha” perto dele. Agora, tem o [Javier] Milei, na Argentina. É um desastre. Os Estados Unidos, que continuam sendo

o país mais poderoso do mundo, perderam muito ao longo dos anos por causa do neoliberalismo, enquanto a China foi a grande beneficiária da globalização.

Há experiências estaduais de reformas, como no Espírito Santo, no Rio Grande do Sul e, mais recentemente, em São Paulo. Qual é a avaliação do senhor sobre elas?

A reforma que conheço é a de Pernambuco, que foi muito boa. O governo do Ceará é bem administrado há muito tempo. No Rio Grande do Sul e em São Paulo, não tenho notícias. Muitas vezes se fala em reforma do Estado, mas não necessariamente significa mudanças na gestão pública ou no aparelho estatal, são apenas redução de despesas. Isso é outra coisa: é uma reforma fiscal, na qual se localiza uma parte do problema dos gastos estatais. Eu diria até que é uma parte estritamente econômica. A reforma que foi proposta pelo Temer era justamente isso: uma tentativa de reduzir os benefícios dos servidores e, com isso, cortar despesas. Nesse sentido, era boa.

A principal discussão econômica, hoje, é sobre a questão fiscal. Mas também era nos anos 1990. O debate está acontecendo nos mesmos termos?

São diferentes. Havia uma redundância na forma como se chamava aquilo à época, de se falar em crise fiscal do Estado, mas queria salientar o fenômeno da queda da poupança pública e da decorrente retração do investimento. Agora, existe um debate entre economistas neoliberais, ortodoxos neoliberais e economistas progressistas, desenvolvimentistas, em que os primeiros só falam em déficit

público. Eles querem acabar de todas as maneiras possíveis e imagináveis com isso, embora apoiem esses juros escandalosos que estão aí. E que os deputados apoiados por eles, o próprio Partido Liberal (PL), façam essa captura do patrimônio público. Os progressistas, por sua vez, dizem que é preciso um ajuste fiscal. Tem uns keynesianos vulgares que querem fazer despesa pública de qualquer jeito, mas bons economistas sabem que só se entra em déficit público em uma política contracíclica. Foi uma grande contribuição do [economista britânico John] Keynes: se a economia está entrando em recessão, é preciso, temporariamente, ter uma despesa pública maior. Um déficit moderado é compatível com um crescimento satisfatório. Tudo isso para dizer que não é preciso ter déficit zero. Nenhum país do mundo tem isso, mesmo os mais ricos.

Então há um problema na própria discussão?

Ela é de curto prazo. Ninguém está disposto a retomar a questão de como recuperar a poupança, que é muito mais complicado. Daí, precisa-se de uma reforma do Estado, de emendas em relação à taxa de juros e ao câmbio etc. Uma coisa terrível para um país, muito pior do que déficit público, é déficit de conta corrente, o qual o Brasil tem, sistematicamente, de 2% a 3% do PIB. Daí, vem um boom de exportações, e isso acaba. A taxa de câmbio fica apreciada e tira a competitividade da indústria nacional.

&



APONTE A CÂMERA DO CELULAR PARA O CÓDIGO QR PARA CONFERIR A ENTREVISTA COM O ECONOMISTA LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA NO CANAL UM BRASIL.